

Ato de repúdio à violência institucional e policial provocada pela Reitoria da USP

Boa noite a todas as pessoas presentes!

Agradeço a presença solidária de toda(o)s vocês, em especial, das(os) parlamentares e das(os) representantes de todas as entidades aqui presentes.

Este é um momento grave e de muita indignação para todos nós, quando somos instados a realizar este ato de desagravo, devido à postura sistemática da Reitoria, absolutamente inadequada à administração de uma instituição pública e, sobretudo, de caráter educacional como é a Universidade de São Paulo (USP).

Fazemos isto com empenho, certos de estar cumprindo nossa obrigação enquanto pessoas, cidadã(o)s e representantes de entidades que expressam legitimamente a vontade de parcelas sociais defensoras de todos os direitos sociais, aí incluído o direito à Educação Superior pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

A Adusp tem denunciado, sistematicamente, o grave quadro de exclusão dos direitos sociais a que a maioria da população tem sido submetida por sucessivos governos, em todos os níveis – União, Estados, Distrito Federal e Municípios –, face à crescente apropriação da estrutura do estado republicano por interesses particulares de setores sociais que se beneficiam do excludente modelo econômico vigente no país.

Temos dado destaque constante ao quadro preocupante que tem se desenhado no que se refere às instituições públicas de ensino superior e às instituições públicas de pesquisa, que têm vivido sob constante ameaça, tanto pela falta de financiamento adequado por parte do Estado, quanto pela introdução de mecanismos de privatização interna - via fundações privadas ditas “de apoio” e, mais recentemente, via organizações sociais alegadamente “sem fins lucrativos”.

Ademais, as atividades dessas instituições, sobretudo as que dizem respeito ao desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, têm sido submetidas ao controle exercido por agências financiadoras crescentemente impregnadas por uma elite social predadora, de verniz acadêmico e pretensamente imparcial.

Na USP, dada a sua estrutura fortemente hierarquizada e apesar da contraposição da comunidade universitária, sucessivas gestões reitorais têm aprofundado seu descompromisso no que se refere aos mais elementares princípios de gestão democrática, de transparência administrativa e de relacionamento respeitoso com docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes - o real patrimônio da universidade.

Em pleno século XXI, a estrutura de poder da USP não admite eleições ou consultas com participação efetiva da comunidade universitária. A elite que a comanda submete a instituição aos interesses de fundações privadas autodenominadas “de apoio” e a outros entes privados, em desrespeito absoluto aos princípios básicos da administração pública.

Vigora ainda na USP o fetiche da “excelência” e, com a “nova CPA” e o “estatuto do docente” recém-aprovados, introduzem-se mudanças na carreira que impõem a competição e impedem ou dificultam a cooperação entre áreas e também entre pares – cooperação esta que é característica essencial à produção e disseminação democrática de conhecimento.

A oligarquia que tem comandado a USP ignora o direito de acesso à informação; não implementa políticas efetivas de acesso e permanência estudantil e tergiversa quando a comunidade universitária reivindica a adoção de cotas para a inclusão de amplas parcelas sociais e étnicas.

Cada vez mais, a Reitoria sente-se no direito de tratar qualquer reivindicação da comunidade universitária por meio do recurso à repressão, chegando ao absurdo de tentar minar o Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas), instância político-administrativa que negocia com o Fórum das Seis (articulação que representa docentes, funcionários e estudantes da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza) as legítimas reivindicações nas campanhas de data-base. Diálogo e negociação... nem pensar!

O descaso para com a gravidade dos crimes ambientais provocados e ainda não solucionados na Escola de Artes e Ciências Humanas (EACH); as tentativas de desvencilhar-se dos hospitais universitários (HU e HRAC), da Escola de Aplicação e das creches, sob a alegação de que não realizam atividades-fim, além de a ninguém convencer, não disfarçam a opção por caracterizar a maior parte dos problemas vividos pela USP

como advindos de uma crise financeira e não de uma crise de financiamento – ampla e sistematicamente denunciada pela Adusp e pelo Fórum das Seis.

Relembrando a fala do colega Ciro Teixeira Correia (então presidente da Adusp) na abertura da aula magna sobre a universidade brasileira proferida em 8/8/2014, como atividade de greve, pela professora Marilena Chauí:

“Não temos dúvidas quanto à gravidade da crise que estamos vivendo e quanto à dimensão do enfrentamento assumido por todos que fazem ou apóiam a greve, diante do ataque explícito da Reitoria e do governo estadual à concepção que sempre defendemos: de implantação e desenvolvimento de uma universidade democrática, pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. Uma universidade que contribua na construção efetiva de um sistema público de ensino superior cada vez mais igualitário no estado de São Paulo.

Contudo, não é novidade o descompromisso da estrutura oligárquica de poder da USP com essa concepção. Mas é escandaloso o modo acelerado com o qual a administração da universidade tem se desacoplado do corpo da universidade e se sente à vontade para governar à revelia de qualquer preocupação com legitimar suas diretivas, ou sequer chancelá-las nas instâncias internas de deliberação, por mais inadequadas que sejam.

O processo que chegou a ser referido como ‘a rebelião dos diretores’, que conduziu ao esquema de transição nos marcos

da reunião do Conselho Universitário de 1º de outubro de 2013, supostamente para nos salvar da perspectiva de continuidade da descontrolada gestão anterior, acabou por definir um amplo espectro de apoios para uma candidatura que, como todos podem constatar, nos outorgou antes um tirano do que um reitor.”

Reafirmo, ainda, o trecho a seguir da fala do Ciro na ocasião: “A tirania por nós denunciada naquele momento confirmou-se. Tem crescido e revela-se cada vez mais destruidora ao incidir em questões fundamentais para a USP e a vida acadêmica.”

Desde então, a gestão M.A. Zago-V. Agopyan (reitor e vice, escolhidos em chapa) adotou dois planos de demissão voluntária (PIDV), que resultaram na perda de 3.500 funcionários técnico-administrativos e, se vingar a nova proposta da Reitoria de que “Na composição do quadro de pessoal ativo da USP, no mínimo 40% dos servidores deverão corresponder a docentes.” (esta relação hoje é cerca de 30/70 % de docentes e funcionários, respectivamente), supondo que não haja dispensa de professores, a USP perderia outros milhares de funcionários. Sem dúvida, tal cenário colocaria em risco a chamada “excelência” do tripé ensino-pesquisa-extensão, que constitui as atividades-fim da universidade.

Por fim, repito os dois parágrafos finais da declaração da Assembleia Geral da Adusp de 9/3:

Para garantir a aprovação de seu novo pacote de medidas, os "Parâmetros de sustentabilidade econômico-financeira da USP", em 7 de março de 2017, Zago não hesitou em recorrer à força

de choque da Polícia Militar para reprimir com brutalidade uma manifestação pacífica em frente à Reitoria. Professores, funcionários, estudantes e até mesmo crianças foram covardemente atacados com bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e cassetetes.

Por tudo isso, reunidos em Assembleia Geral no dia 9 de março, os docentes da USP consideram o reitor, que é escolhido para ser representante da comunidade acadêmica, ***indigno do cargo que exerce*** e declaram Zago e seus coniventes, omissos ou submissos vice-reitor e pró-reitores, ***inimigos da universidade pública***.

FORA ZAGO!

Continuar a resistir e travar o embate contra esse estado de coisas é tarefa coletiva e só assim pode ser conduzida.

César Augusto Minto

São Paulo, 20/3/2017